

SUMÁRIO

PARTE I

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

CAPÍTULO I

TEORIA GERAL DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO	41
1. As relações internacionais observadas sob o prisma jurídico	41
1.1. A sociedade internacional	42
1.2. Características da sociedade internacional	42
1.3. A globalização e o sistema normativo internacional.....	43
2. Conceito de Direito Internacional Público.....	45
3. Terminologia	47
4. Objeto	48
5. Fundamento do Direito Internacional Público.....	49
6. O ordenamento jurídico internacional.....	51
6.1. Características do Direito Internacional Público	51
6.2. A cooperação internacional entre os Estados	53
6.3. A jurisdição internacional	54
6.4. A sanção no Direito Internacional Público.....	55
7. Direito Internacional Público e Direito Internacional Privado	56
8. Direito Internacional Público e Direito interno	58
8.1. Dualismo.....	58
8.2. Monismo.....	59
8.3. Outras possibilidades: a primazia da norma mais favorável.....	61

CAPÍTULO II

FONTES DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO: INTRODUÇÃO	63
1. Conceito.....	63
1.1. Fontes materiais e fontes formais	63
2. Fontes formais do Direito Internacional.....	64
2.1. Fontes estatutárias do Direito Internacional: o artigo 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça.....	65
2.1.1. O problema da hierarquia das fontes do Direito Internacional	66
2.2. Fontes extraestatutárias: as outras fontes do Direito Internacional.....	67
2.3. Classificação	67
3. Tratados.....	68
4. Costume internacional.....	69
5. Decisões judiciais: a jurisprudência internacional.....	71
6. Doutrina.....	72

7. Princípios gerais de direito	72
8. Princípios gerais de Direito Internacional Público.....	73
9. Analogia	73
10. Equidade	74
11. Atos unilaterais dos Estados	74
12. Decisões de organizações internacionais.....	75
13. Normas imperativas: o <i>jus cogens</i>	77
14. <i>Soft law</i>	80
15. Quadro sinótico adicional.....	84

CAPÍTULO III

FONTES DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO: OS TRATADOS..... 87

1. Conceito e natureza jurídica	87
2. Terminologia: espécies de tratados	89
3. Classificação	92
3.1. Número de partes	92
3.2. Procedimento de conclusão	93
3.3. Execução	94
3.4. Natureza das normas/ponto de vista material.....	94
3.5. Efeitos	95
3.6. Possibilidade de adesão	95
4. Evolução histórica.....	95
5. Condições de validade	96
5.1. Capacidade das partes: entes com capacidade para celebrar tratados.....	97
5.1.1. Estados.....	97
5.1.2. Organizações internacionais	98
5.1.3. Santa Sé, beligerantes, insurgentes, blocos regionais e Comitê Internacional da Cruz Vermelha	99
5.1.4. Acordos externos de interesse dos Estados da federação, do Distrito Federal e dos Municípios	99
5.2. Habilitação dos agentes	100
5.3. Objeto lícito e possível.....	102
5.4. Consentimento regular	102
5.4.1. O problema das ratificações imperfeitas.....	103
6. Processo de elaboração dos tratados	104
6.1. Negociação e adoção.....	105
6.2. Assinatura.....	107
6.3. Ratificação.....	108
6.4. Entrada em vigor no âmbito internacional.....	110
6.5. Registro e publicidade.....	113
7. Efeitos dos tratados sobre as partes e sobre terceiros	114
7.1. Entrada em vigor dos tratados: vigência contemporânea e diferida. Duração.....	114

7.2. A regra fundamental <i>pacta sunt servanda</i> e o princípio da boa-fé no Direito dos Tratados.....	115
7.3. Aplicação dos tratados no tempo: o princípio da irretroatividade.....	116
7.4. Aplicação dos tratados no espaço. As teorias da repercussão dos tratados sobre Estados não contratantes (reflexos dos tratados sobre terceiros).....	116
8. Interpretação dos tratados.....	117
9. Adesão.....	119
10. Alteração dos tratados: as emendas e revisões.....	119
11. Reservas.....	121
12. Extinção e suspensão dos tratados.....	123
12.1. Extinção.....	123
12.1.1. Denúncia.....	125
12.1.2. Efeitos do estado de guerra e da alteração fundamental das circunstâncias sobre a vigência dos tratados (teoria da cláusula <i>rebus sic stantibus</i>).....	131
12.2. Suspensão.....	132
12.3. Consequências da extinção e da suspensão dos tratados.....	132
13. Incorporação ao Direito interno.....	133
13.1. Modelos de internalização dos tratados.....	134
13.2. O Poder Executivo e o Poder Legislativo na elaboração do tratado.....	136
13.3. Tramitação do tratado no Brasil.....	137
13.4. A obrigatoriedade dos tratados na ordem jurídica nacional.....	139
14. Conflito entre o Direito Internacional Público e o Direito NACIONAL: OS tratadoS em face da lei interna.....	140
14.1. Hierarquia dos tratados incorporados ao ordenamento jurídico brasileiro.....	142
14.2. Hierarquia dos tratados de direitos humanos no Direito interno brasileiro.....	145
14.3. Hierarquia dos tratados de Direito Tributário no Direito interno brasileiro.....	151
14.4. O controle de convencionalidade dos tratados de direitos humanos no Direito interno brasileiro.....	152
15. Quadros sinóticos adicionais.....	155

CAPÍTULO IV

SUJEITOS DE DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO: INTRODUÇÃO.....	159
1. Personalidade internacional.....	159
2. O Estado.....	161
3. Organizações internacionais.....	161
4. Santa Sé e Estado da Cidade do Vaticano.....	162
4.1. Ordem Soberana e Militar de Malta.....	163
5. O indivíduo.....	164
6. As organizações não governamentais (ONGs).....	165
7. As empresas.....	165
8. Beligerantes, insurgentes e nações em luta pela soberania.....	166
9. Os blocos regionais.....	167
10. Quadros sinóticos.....	168

CAPÍTULO V**SUJEITOS DE DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO: O ESTADO.**

IMUNIDADE DE JURISDIÇÃO	169
1. Conceito.....	169
2. Elementos constitutivos: território, povo e governo soberano.....	170
2.1. Breve nota acerca da representação do Estado brasileiro nas relações internacionais....	172
3. Os microestados	173
4. Surgimento dos Estados.....	173
5. Reconhecimento de Estado e de governo	175
6. Direitos e deveres fundamentais dos Estados.....	179
6.1. Doutrina Drago.....	181
7. Extinção e sucessão de Estados.....	182
7.1. Convenção de Viena sobre a Sucessão de Estados em Matéria de Tratados, de 1978...	183
7.2. Sucessão de bens, dívidas e arquivos.....	184
8. O território.....	186
8.1. Conceito.....	186
8.2. Aquisição e perda.....	187
8.3. Fronteiras	188
8.4. Jurisdição territorial: direitos territoriais de jurisdição. Imperium e dominium	188
9. Imunidade de jurisdição	189
9.1. Imunidade do Estado estrangeiro no processo de conhecimento (imunidade à jurisdição cognitiva).....	190
9.1.1. Visão antiga: <i>par in parem non habet iudicium/imperium</i>	191
9.1.2. Visão atual: atos de império e atos de gestão. Teoria da imunidade relativa, limitada ou restrita	192
9.2. Imunidade do Estado estrangeiro no processo de execução (imunidade de execução). ..	198
9.3. Imunidade das organizações internacionais.....	201
9.3.1. A jurisprudência brasileira e o tema da imunidade das organizações internacionais.....	202
9.4. Estados estrangeiros e organizações internacionais como autores no Judiciário de outro Estado.....	206
9.5. Competência para o exame de litúgio envolvendo pessoas jurídicas de Direito Público externo no Brasil.....	206

CAPÍTULO VI

ÓRGÃOS DO ESTADO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	209
1. Órgãos do Estado nas relações internacionais.....	209
1.1. Noções gerais.....	209
1.2. Os órgãos do Estado nas relações internacionais.....	210
1.2.1. Chefe de Estado	210
1.2.2. Chefe de Governo	214
1.2.3. Ministro das Relações Exteriores	214
1.2.4. Agentes diplomáticos	215

1.2.5	Agentes consulares.....	219
1.2.6.	As missões especiais.....	224
2.	Privilégios e imunidades.....	225
2.1.	Noções gerais.....	225
2.2.	Privilégios e imunidades diplomáticas.....	229
2.3.	Privilégios e imunidades consulares.....	232
3.	Princípios relativos às relações internacionais do Brasil.....	234
4.	A lei de migração e o emigrante brasileiro.....	236
5.	Quadros sinóticos adicionais.....	237

CAPÍTULO VII

SUJEITOS DE DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO: AS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

		241
1.	Teoria geral.....	241
1.1.	Conceito e natureza jurídica.....	242
1.2.	Personalidade jurídica.....	244
1.3.	Elementos essenciais e características.....	245
1.4.	Espécies.....	247
1.5.	Informações adicionais: admissão e saída de Estados membros; sede; representação internacional; financiamento; recursos humanos.....	248
2.	Organização das Nações Unidas (ONU).....	251
2.1.	Histórico.....	251
2.2.	Objetivos e princípios.....	253
2.3.	Órgãos.....	255
2.3.1.	Assembleia Geral.....	255
2.3.2.	Conselho de Segurança.....	256
2.3.3.	Secretaria Geral.....	259
2.3.4.	Outros.....	259
2.4.	Organismos especializados do Sistema das Nações Unidas. Organizações relacionadas. Organismos que não fazem parte do Sistema das Nações Unidas.....	260
2.5.	Funcionamento do mecanismo de segurança coletiva das Nações Unidas.....	264
2.5.1.	A Iniciativa R2P (Responsibility to Protect – Responsabilidade de Proteger).....	266
3.	As organizações regionais.....	267
3.1.	Organização dos Estados Americanos – OEA.....	267
3.1.1.	Carta Democrática Interamericana.....	269

CAPÍTULO VIII

NACIONALIDADE.....

1.	Nacionalidade.....	273
1.1.	Conceito.....	273
1.2.	A nacionalidade e o Direito Internacional: princípios gerais.....	274
1.3.	Conflitos de nacionalidade: polipatridia e apatridia.....	276
1.3.1.	Polipatridia.....	276

1.3.2. Apatridia	277
1.3.3. Notas acerca da Convenção sobre o Estatuto dos Apátridas	280
1.4. Nacionalidade: tipos e critérios de aquisição	282
1.4.1. Nacionalidade primária ou originária: jus solis e jus sanguinis	283
1.4.2. Nacionalidade secundária ou adquirida. Naturalização. Outros critérios.....	283
2. Nacionalidade brasileira originária	285
2.1. Aquisição.....	285
2.2. A Justiça Federal nas causas referentes à nacionalidade brasileira	286
2.3. Breves notas acerca da opção de nacionalidade brasileira	287
3. Naturalização no Brasil	288
3.1. Aquisição da nacionalidade secundária brasileira: condições.....	288
3.2. A Justiça Federal e o processo de naturalização.....	294
3.3. A condição jurídica do naturalizado.....	294
4. Mudança, perda e reaquisição	296
5. Nacionalidade de pessoas jurídicas	300

CAPÍTULO IX

DIREITO MIGRATÓRIO: A CONDIÇÃO JURÍDICA DO NÃO NACIONAL	301
1. Introdução.....	301
1.1. Terminologia	303
2. Entrada e permanência no exterior.....	304
2.1. Admissão do estrangeiro	304
2.2. Títulos de ingresso	305
2.2.1. Documentos de viagem.....	305
2.2.2. Vistos	307
2.2.3. Do registro e da identificação civil do imigrante e dos detentores de vistos diplomático, oficial e de cortesia.....	316
2.2.4. Autorização de residência	317
2.2.5. Reunião familiar.....	321
3. Impedimento, repatriação e deportação	322
3.1. Impedimento e Repatriação	323
3.2. Deportação.....	327
3.3. Da Fiscalização Marítima, Aeroportuária e de Fronteiras	331
4. Expulsão	332
4.1. Hipóteses legais de inexpulsabilidade. A expulsão e o artigo 55, inciso II, da Lei de Migração. Breve histórico no Estatuto do Estrangeiro e quadro atual.....	338
5. Extradicação	344
5.1. Noções gerais.....	345
5.2. Fundamento da extradicação.....	349
5.3. Do exame do pedido de extradicação: requisitos pertinentes	351
5.3.1. Princípio da identidade	353
5.3.2. Princípio da especialidade	358

5.4. Extradicação e crimes políticos.....	360
5.5. Extradicação de nacionais	362
5.6. Outras condições para o deferimento da extradicação no Brasil.....	363
5.7. Da competência para a concessão da extradicação no Brasil e do processo extradicional	367
5.8. Da entrega do extraditado.....	379
5.9. Extradicação simplificada ou voluntária	381
6. Entrega ao Tribunal Penal Internacional (TPI).....	382
7. Asilo e refúgio.....	384
7.1. O asilo.....	384
7.2. O refúgio.....	388
8. Direitos dos migrantes, visitantes e demais não nacionais na constituição federal. Princípios e diretrizes da política migratória brasileira. Direitos dos migrantes, visitantes e demais não nacionais na lei de migração.....	391
8.1. Condição jurídica do não nacional na Constituição Federal.....	391
8.2. Princípios e diretrizes da política migratória brasileira.....	396
8.3. Direitos e deveres do estrangeiro na Lei de Migração	401
9. A apatridia na lei de migração.....	403
10. Os residentes fronteiriços.....	406
11. Infrações e penalidades administrativas na lei de migração	407
12. O Estatuto da Igualdade Brasil-Portugal	410
13. A lei 13.684/18: Medidas especiais de assistência a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária.....	412
14. Quadros sinóticos adicionais.....	414

CAPÍTULO X

RESPONSABILIDADE INTERNACIONAL.....	417
1. Conceito e fundamento	417
2. Características e classificação.....	420
3. Elementos essenciais	421
3.1. Ato ilícito	421
3.2. Imputabilidade.....	422
3.3. Dano	422
4. Responsabilidade por atos lícitos.....	422
5. Abuso de direito	423
6. Responsabilidade por atos do Estado, de funcionários e de revolucionários.....	424
7. Atos que excluem ou atenuam a responsabilidade internacional	426
8. Proteção diplomática	427
9. Dano e sua reparação.....	429
10. Esboço de Artigos sobre a Responsabilidade de Estados por Atos Ilícitos Internacionais.....	430

CAPÍTULO XI

DIREITO INTERNACIONAL ECONÔMICO	435
1. Conceito.....	435
2. Ordem econômica internacional: conceito e características	436

3. Aspectos gerais do Direito Internacional Econômico	438
4. Principais organizações internacionais de Direito Internacional Econômico	440
4.1. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).....	441
4.2. Fundo Monetário Internacional (FMI)	442
4.3. Banco Mundial (BIRD).....	443
4.4. Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).....	444
4.5. ONU e UNCTAD	445
5. Quadros sinóticos adicionais.....	446

CAPÍTULO XII

DIREITO DO COMÉRCIO INTERNACIONAL.....	449
1. Noções gerais.....	449
2. O sistema multilateral de comércio: a Organização Mundial do Comércio (OMC)	449
2.1. Histórico: o GATT.....	450
2.2. Funções	451
2.3. Princípios	452
2.4. Estrutura institucional e funcionamento.....	455
2.5. Solução de controvérsias	456
3. Principais acordos comerciais.....	458
3.1. Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT-1994).....	458
3.2. Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (GATS)	459
3.3. Acordo sobre Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS)	461
3.4. Acordo sobre Medidas de Investimento Relacionadas ao Comércio (TRIMS).....	463
3.5. Acordo sobre Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (SPS).....	464
3.6. Acordo sobre Barreiras Técnicas ao Comércio (TBT)	465
4. Quadros sinóticos adicionais.....	466

CAPÍTULO XIII

DIREITO INTERNACIONAL DO MEIO AMBIENTE	469
1. Noções gerais.....	469
1.1. Princípios do Direito Internacional Ambiental	470
2. Histórico	471
3. Normas gerais do Direito Internacional do Meio Ambiente.....	472
3.1. Declaração de Estocolmo de 1972	473
3.2. Declaração do Rio de 1992.....	474
3.3. Agenda 21	475
3.4. Agenda 2030 e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)	476
4. Regulação de temas específicos no Direito Internacional do Meio Ambiente.....	493
4.1. Proteção da fauna, da flora e das florestas.....	493
4.2. Proteção do solo e desertificação	495
4.3. Antártida	496
4.4. Alimentos transgênicos e organismos geneticamente modificados: o Protocolo de Cartagena	497

4.5. Combate ao aquecimento global e à poluição atmosférica. Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. Protocolo de Quioto. Acordo de Paris. Convenção de Viena para a Proteção da Camada de Ozônio.....	498
4.6. Poluição do mar e pesca.....	501
5. Direitos humanos e o meio ambiente.....	502
6. Comércio internacional e meio ambiente.....	504
7. A responsabilidade internacional por danos ao meio ambiente e a reparação do dano ecológico.....	506
8. Quadros sinóticos adicionais.....	506

CAPÍTULO XIV

DIREITO INTERNACIONAL DO TRABALHO	509
1. Noções gerais.....	509
2. Evolução histórica.....	510
3. Organização Internacional do Trabalho (OIT).....	511
3.1. Histórico	511
3.2. Noções gerais.....	512
3.3. Estrutura e composição dos órgãos da OIT.....	516
3.3.1. Conferência Internacional do Trabalho e conferências regionais	516
3.3.2. Conselho de Administração.....	517
3.3.3. Repartição Internacional do Trabalho.....	518
4. Aplicação das normas de Direito Internacional do Trabalho.....	519
4.1. Procedimentos contenciosos: reclamação e queixa.....	519
4.2. Comissão de Peritos.....	520
4.3. Comitê de Liberdade Sindical.....	522
5. Convenções e recomendações da OIT e sua aplicação no Brasil	523
6. Convenções internacionais sobre temas de interesse prioritário da OIT	527
6.1. Liberdade sindical e negociação coletiva.....	527
6.2. Trabalhos forçados.....	532
6.3. Discriminação em matéria de emprego e ocupação	534
6.4. Meio ambiente de trabalho seguro e saudável.....	537
7. Convenções internacionais sobre temas de interesse prioritário da OIT - Normas internacionais de proteção da criança e do adolescente no trabalho.....	539
7.1. A proteção da criança e do adolescente no trabalho nos tratados de direitos humanos	539
7.2. Convenção 138 e Recomendação 146 sobre a Idade Mínima para Admissão no Emprego.....	540
7.3. Convenção 182 e Recomendação 190 sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil ...	543
8. Aplicação da lei trabalhista estrangeira: os princípios da <i>lex loci executionis</i> e do <i>locus regit actum</i> . A Lei 7.064/82. A extinção da Súmula 207. O princípio da norma mais favorável ao trabalhador	546
8.1. Regime de trabalho dos brasileiros contratados ou transferidos para prestar serviços no exterior (Lei 7.064/82)	548
8.2. Regime de trabalho de estrangeiros contratados no exterior para prestar serviços no Brasil	550

8.3. Lei aplicável às relações de trabalho marítimo em rotas internacionais	551
9. Competência da Justiça do Trabalho na área internacional	556
10. Organização Mundial do Comércio (OMC) e trabalho	557
10.1. Padrões trabalhistas mínimos	558
10.2. <i>Dumping</i> social	558
10.3. Cláusula social	559
10.4. Selo social	560
11. Livre circulação de trabalhadores: União Europeia e MERCOSUL	561
11.1. União Europeia	561
11.2. MERCOSUL	562
12. Quadros sinóticos adicionais	564

CAPÍTULO XV

DIREITO INTERNACIONAL PENAL: O TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL. DIREITO PENAL INTERNACIONAL: COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL NO CAMPO PENAL. O COMBATE AO TERRORISMO NO DIREITO INTERNACIONAL

.....	567
1. Direito Internacional Penal e Direito Penal Internacional	567
1.1. Direito Internacional Penal	567
1.1.1. Conceito de crimes internacionais e sua evolução histórica	567
1.2. Direito Penal Internacional: a cooperação penal internacional	568
2. O Tribunal Penal Internacional (TPI)	569
2.1. Noções gerais	569
2.2. Estrutura	571
2.3. Estatuto de Roma: princípios	573
2.4. Competência <i>rationae materiae</i> do Tribunal Penal Internacional: crimes da competência do TPI	576
2.4.1. Crimes de guerra	576
2.4.2. Crimes contra a humanidade	577
2.4.3. Agressão	577
2.4.4. Genocídio	578
2.5. Competência <i>rationae loci</i> , <i>rationae personae</i> e <i>rationae temporis</i> do Tribunal Penal Internacional	579
2.6. Persecução dos crimes de guerra: normas processuais	580
2.7. Decisões e sua natureza	582
2.8. Penas	582
2.9. O Tribunal Penal Internacional e o Brasil	584
3. Cooperação internacional em matéria penal (Direito Penal Internacional)	587
3.1. Tratados multilaterais em matéria de cooperação penal e processual penal	590
3.1.1. Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (Convenção de Mérida) ..	591
3.1.2. Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional (Convenção de Palermo)	592

3.1.3.	Convenção contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas.....	597
3.1.4.	Protocolo contra a Fabricação e o Tráfico Ilícito de Armas de Fogo, suas Peças, Componentes e Munições	598
3.1.5.	Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais.....	599
3.1.6.	Convenções e tratados relativos ao processo penal	600
3.2.	Tratados bilaterais em matéria de cooperação penal e processual penal.....	600
3.3.	Lei 12.846/2013.....	601
4.	Transferência de presos	603
4.1.	Transferência de presos nos tratados.....	604
4.2.	Transferência de pessoa condenada	606
4.3.	Transferência de execução da pena	607
5.	Cooperação internacional no campo penal e arcabouço institucional: autoridades centrais e redes de cooperação entre órgãos dos Poderes Executivo e Judiciário e do Ministério Público. O auxílio direto.....	611
5.1.	Autoridades centrais	612
5.2.	Redes de cooperação entre órgãos dos Poderes Executivo e Judiciário e do Ministério Público.....	614
5.2.1.	IberRED	614
5.2.2.	Rede de Cooperação Jurídica e Judiciária Internacional dos Países de Língua Portuguesa (Rede Judiciária da CPLP).....	616
5.2.3.	Rede Hemisférica de Intercâmbio de Informações para o Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal e de Extradicação	616
5.3.	Carta rogatória e auxílio direto	617
5.4.	A homologação de sentenças penais	624
6.	Combate ao terrorismo.....	626
6.1.	Resolução 1.373 do Conselho de Segurança da ONU	627
6.2.	Convenção Internacional sobre a Supressão de Atentados Terroristas com Bombas	628
6.3.	Convenção Internacional para a Supressão do Financiamento do Terrorismo.....	631
6.4.	Convenção Interamericana contra o Terrorismo.....	634
7.	Quadros adicionais	637

CAPÍTULO XVI

DOMÍNIO PÚBLICO INTERNACIONAL E PATRIMÔNIO COMUM DA HUMANIDADE

643

1.	A disciplina dos espaços internacionais	643
2.	Direito do mar, dos rios e das águas interiores. A navegação marítima.....	644
2.1.	Mar territorial.....	646
2.2.	Zona contígua	647
2.3.	Plataforma continental e fundos marinhos.....	648
2.4.	Zona econômica exclusiva.....	649
2.5.	Alto mar	649
2.6.	Direito Internacional da Navegação Marítima	650

2.7. Rios internacionais	651
2.8. Águas interiores	652
3. Zonas polares.....	652
4. O espaço aéreo: o Direito Internacional da Navegação Aérea	653
4.1. O espaço aéreo: princípios elementares	654
4.2. Normas convencionais.....	655
4.2.1. Nacionalidade das aeronaves	659
4.2.2. Tráfego aéreo.....	660
5. O espaço extra-atmosférico	660
6. Nota sobre a competência das autoridades judiciárias brasileiras no tocante ao domínio público internacional	662
7. Patrimônio comum da humanidade.....	663
8. Quadros sinóticos	665

CAPÍTULO XVII

SOLUÇÃO PACÍFICA DE CONTROVÉRSIAS INTERNACIONAIS	669
1. Controvérsias internacionais	669
1.1. Mecanismos de solução de controvérsias internacionais: características	669
2. Meios de solução de controvérsias: o artigo 33 da Carta da ONU.....	670
3. Meios diplomáticos e políticos.....	671
3.1. Negociação	672
3.2. Inquérito	672
3.3. Consultas.....	673
3.4. Bons ofícios	673
3.5. Mediação.....	673
3.6. Conciliação.....	674
4. Meios semijudiciais: a arbitragem internacional	674
4.1. Noções gerais: os árbitros, o processo e o laudo arbitral.....	674
5. Meios judiciais.....	676
5.1. Corte Internacional de Justiça.....	677
5.2. Outros tribunais	683
6. Meios coercitivos	684
7. Quadros sinóticos adicionais.....	685

CAPÍTULO XVIII

DIREITO DE GUERRA E NEUTRALIDADE	687
1. A guerra.....	687
2. Noções gerais. <i>Jus ad bellum</i> e <i>Jus in bello</i>	688
3. A proscrição da guerra. Mecanismos de segurança coletiva e de manutenção da paz.....	689
4. Normas aplicáveis aos conflitos armados	691
4.1. Tratados referentes ao emprego de armas de alto potencial destrutivo	693

4.2. O Tribunal Penal Internacional (TPI) e a guerra	693
5. Neutralidade.....	694
6. Quadro sinótico adicional.....	695

PARTE II

DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

CAPÍTULO I

DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO.....	699
1. Conceito e características	699
2. Objeto	701
3. Denominação	702
4. Fontes.....	702
4.1. Lei.....	703
4.2. Tratados.....	704
4.3. A Conferência da Haia de Direito Internacional Privado	704
5. Diferenças em relação ao Direito Internacional Público	706

CAPÍTULO II

APLICAÇÃO DA LEI NO ESPAÇO: CONFLITOS DE LEIS NO ESPAÇO E A NORMA DE DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO.....	709
1. Introdução: a problemática dos conflitos de leis no espaço.....	709
2. Histórico	710
3. A norma de Direito Internacional Privado e sua estrutura.....	712
4. Regras de conexão: os objetos de conexão e elementos de conexão	713
4.1. Elementos de conexão: tipos	714
4.1.1. Estatuto pessoal: o domicílio (<i>lex domicilii</i>)	714
4.1.2. Estatuto pessoal: a nacionalidade.....	715
4.1.3. <i>Lex fori</i>	716
4.1.4. <i>Lex rei sitae</i>	716
4.1.5. <i>Lex loci delicti comissi</i>	717
4.1.6. <i>Lex loci executionis/lex loci solutionis</i>	717
4.1.7. <i>Locus regit actum/lex loci contractus</i> /lugar de constituição da obrigação	718
4.1.8. Autonomia da vontade	718
4.1.9. Outros elementos	720
4.1.10. Breve nota acerca da constituição de pessoas jurídicas.....	721
4.1.11. Breve nota acerca do exercício do direito de propriedade no Brasil por parte de Estados estrangeiros.....	721
4.1.12. Soberania digital	721
5. Institutos básicos do Direito Internacional Privado	723
5.1. Qualificação	723
5.2. Ordem pública	724
5.3. Reenvio	724

5.4. Direito adquirido.....	725
5.5. Aplicação da norma estrangeira.....	726
6. Quadros sinóticos adicionais.....	726

CAPÍTULO III

APLICAÇÃO DO DIREITO ESTRANGEIRO E DIREITO PROCESSUAL CIVIL

INTERNACIONAL. COMPETÊNCIA INTERNACIONAL	729
1. Noções gerais.....	729
2. Aplicação do Direito estrangeiro	729
2.1. Verificação e prova do conteúdo do Direito estrangeiro	730
2.2. Interpretação do Direito estrangeiro e sua incidência no caso concreto	733
2.3. Exceções à aplicação do Direito estrangeiro.....	735
3. Competência internacional.....	736
3.1. Noções gerais e princípios básicos	737
3.2. Competência da autoridade judiciária brasileira no plano internacional.....	741
3.2.1. Competência concorrente no CPC 1973.....	741
3.2.2. Competência exclusiva no CPC 1973	743
3.2.3. A competência internacional nos tratados	744
3.2.4. A competência internacional no CPC 2015	745
4. Litispendência internacional	748
5. A cláusula de eleição de foro estrangeiro	750
6. A prova de fatos ocorridos no exterior.....	752
7. Quadro sinótico adicional.....	753

CAPÍTULO IV

COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL NO CAMPO CÍVEL

755	755
1. Noções gerais.....	755
1.1. A cooperação jurídica internacional e o Brasil	756
1.2. Convenção sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros (“Convenção da Apostila”).....	760
2. Cartas rogatórias.....	762
2.1. Cartas rogatórias no Brasil	763
2.1.1. Rogatórias enviadas pelo Brasil – rogatórias ativas	764
2.1.2. Rogatórias recebidas pelo Brasil – rogatórias passivas.....	767
2.1.3. Normas relativas às rogatórias nos tratados	776
3. Regime das provas	777
3.1. A Convenção da Haia sobre a Obtenção de Provas no Estrangeiro em Matéria Civil ou Comercial	778
4. Cooperação internacional no campo cível e arcabouço institucional atual: autoridades cen- trais e redes de cooperação entre órgãos dos Poderes Executivo e Judiciário e do Ministério Público	780
4.1. Autoridades centrais	781

4.2. Redes de cooperação entre órgãos dos Poderes Executivo e Judiciário e do Ministério Público.....	782
4.2.1. IberRED – Rede Iberoamericana de Cooperação Judiciária.....	782
4.2.2. Rede de Cooperação Jurídica e Judiciária Internacional dos Países de Língua Portuguesa (Rede Judiciária da CPLP).....	784
5. Auxílio direto.....	784
6. Quadros sinóticos adicionais.....	789

CAPÍTULO V

COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL NO CAMPO CÍVEL: HOMOLOGAÇÃO DE SENTENÇAS ESTRANGEIRAS.....	793
1. Noções gerais.....	793
2. A homologação da sentença estrangeira no Brasil.....	796
2.1. Competência.....	796
2.2. Condições para a homologação de uma sentença estrangeira no Brasil.....	797
2.3. Processo.....	812
2.4. A homologação de sentenças penais para efeitos civis.....	815
2.5. A homologação nos tratados.....	817
3. Sentenças proferidas por tribunais internacionais.....	818
4. Quadros sinóticos adicionais.....	820

CAPÍTULO VI

A ARBITRAGEM NO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO.....	825
1. Noções gerais DE ARBITRAGEM.....	825
2. A arbitragem e a lei brasileira: O CPC 2015 e a Lei 9.307/96.....	828
3. A arbitragem nos tratados.....	835
3.1. A arbitragem nos tratados de alcance global.....	835
3.1.1. Protocolo relativo a Cláusulas de Arbitragem (Protocolo de Genebra).....	835
3.1.2. Convenção sobre o Reconhecimento e a Execução de Sentenças Arbitrais Estrangeiras (Convenção de Nova Iorque).....	836
3.2. A arbitragem nas Américas.....	837
3.2.1. Convenção Interamericana sobre Arbitragem Comercial Internacional (Convenção do Panamá).....	837
3.2.2. Convenção Interamericana sobre Eficácia Extraterritorial das Sentenças e Laudos Arbitrais Estrangeiros (Convenção de Montevideu).....	838
3.3. A arbitragem no MERCOSUL.....	838
3.3.1. Acordo sobre Arbitragem Comercial Internacional do MERCOSUL (Acordo de Buenos Aires).....	838
3.3.2. Protocolo de Cooperação e Assistência Jurisdicional em Matéria Civil, Comercial, Trabalhista e Administrativa (Protocolo de Las Leñas).....	840
4. A homologação de laudos arbitrais estrangeiros no Direito interno brasileiro.....	840
4.1. A homologação de laudos arbitrais estrangeiros no CPC 2015 e na Lei 13.129/2015.....	844
5. Quadro sinótico adicional.....	845

CAPÍTULO VII

DIREITO DE FAMÍLIA E DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO	847
1. O casamento no Direito Internacional Privado	847
1.1. A celebração do casamento de estrangeiros no Brasil e de brasileiros no exterior.....	847
1.1.1. O casamento consular. O divórcio consular.....	848
1.1.2. Do registro no Brasil do casamento celebrado no exterior.....	849
1.1.3. O divórcio consular.....	851
1.2. A constância e o fim do casamento no Direito Internacional Privado: normas aplicáveis	852
1.2.1. Normas aplicáveis ao divórcio. A homologação de divórcio decretado no exterior.....	853
1.2.2. Outros temas relevantes.....	855
2. A prestação transnacional de alimentos	856
2.1. Convenção de Nova Iorque sobre Cobrança de Alimentos no Estrangeiro	856
2.2. Convenção Interamericana sobre Obrigação Alimentar (Convenção de Montevideú)	859
2.3. Convenção sobre a Cobrança Internacional de Alimentos para Crianças e Outros Membros da Família.....	860
2.4. Protocolo sobre a Lei Aplicável às Obrigações de Prestar Alimentos	868
3. Adoção internacional.....	871
4. Sequestro internacional de crianças: a Convenção sobre os Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Crianças (Convenção da Haia)	874
4.1. A Resolução 449 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).....	883
4.2. Notas acerca da competência para examinar ação de guarda relativa a criança trazida para o Brasil por genitor(a) brasileiro(a).....	888
4.3. Notas acerca da aplicação da Convenção da Haia a aspectos relativos ao direito de visitas	889
5. Quadros sinóticos adicionais.....	890

PARTE III**DIREITOS HUMANOS****CAPÍTULO I**

NOÇÕES GERAIS DE DIREITOS HUMANOS.....	897
1. Conceito e informações gerais.....	897
2. Fundamento	898
3. Características.....	898
3.1. Universalidade.....	899
3.2. Inerência.....	899
3.3. Transnacionalidade	899
3.4. Historicidade e proibição do retrocesso.....	899
3.5. Indisponibilidade, inalienabilidade e irrenunciabilidade.....	899
3.6. Imprescritibilidade.....	899
3.7. Indivisibilidade, interdependência e complementariedade.....	902
3.8. Primazia da norma mais favorável	902

3.9. Caráter não exaustivo das listas de fatores de discriminação	904
4. Fontes.....	905
5. Evolução histórica.....	905
6. Classificação dos direitos humanos	908
6.1. Classificação tradicional: as gerações dos direitos humanos	908
6.2. Classificação conforme o Direito Internacional dos Direitos Humanos: as dimensões dos direitos humanos.....	911
7. Os direitos humanos como princípios gerais de Direito e como norma. Força vinculante dos direitos humanos. Eficácia vertical, horizontal e diagonal dos direitos humanos.....	912

CAPÍTULO II

DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS	915
1. Conceitos básicos.....	915
2. Evolução histórica.....	915
2.1. Antecedentes	916
2.2. A II Guerra Mundial e o surgimento da ONU	917
3. A internacionalização dos direitos humanos: fundamentos da proteção internacional dos direitos humanos	919
3.1. A relativização do conceito de soberania nacional absoluta.....	919
3.2. Mudança do papel do indivíduo no cenário internacional.....	920
4. Fontes do Direito Internacional dos Direitos Humanos. Natureza jurídica dos tratados de direitos humanos	921
5. Características do Direito Internacional dos Direitos Humanos	921
5.1. Universalidade e transnacionalidade.....	921
5.1.1. Breves notas acerca da controvérsia entre o universalismo e o relativismo cultural	922
5.2. Possibilidade de monitoramento internacional.....	924
5.3. Possibilidade de responsabilização internacional.....	924
5.4. Papel primordial dos Estados e subsidiariedade do sistema de proteção internacional dos direitos humanos. O esgotamento dos recursos internos.....	924
6. A aplicação dos tratados de direitos humanos em Estados federais	926
7. As reservas em tratados de direitos humanos	927
8. Os sistemas internacionais de proteção aos direitos humanos.....	927

CAPÍTULO III

SISTEMA GLOBAL DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS (ONU).....	929
1. Sistema global de direitos humanos e seus principais tratados	929
1.1. Carta das Nações Unidas (Carta da ONU)	930
1.2. Declaração Universal dos Direitos Humanos	930
1.3. Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos.....	935
1.3.1. Segundo Protocolo Adicional ao Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos com vista à Abolição da Pena de Morte.....	941
1.4. Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.....	942
1.5. Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio.....	944

1.6. Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação Racial	945
1.7. Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres (Convenção CEDAW)	948
1.8. Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes.....	950
1.9. Convenção sobre os Direitos da Criança e Protocolos Facultativos.....	951
1.9.1. Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança referente à Venda de Crianças, à Prostituição Infantil e à Pornografia Infantil e Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança relativo ao Envolvimento de Crianças em Conflitos Armados	955
1.9.2. Regras Mínimas da ONU para Administração da Justiça da Infância e Juventude (Regras de Beijing), Regras Mínimas da ONU para a Proteção dos Jovens Privados de Liberdade (Diretrizes de Riade) e Diretrizes das Nações Unidas para a Prevenção da Delinquência Juvenil.....	956
1.10. Declaração e Programa de Ação de Viena (1993)	957
1.11. Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Presos (Regras de Mandela)	959
1.12. Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças	963
1.13. Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo	965
1.14. Direitos humanos e povos originários	971
1.14.1. Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas.....	972
1.14.2. Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais.....	975
1.15. Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas contra Desaparecimentos Forçados	979
1.16. Tratado de Marraqueche para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou com outras Dificuldades para Ter Acesso ao Texto Impresso	984
1.17. Convenção Internacional para a Proteção dos Direitos dos Trabalhadores Migrantes e de suas Famílias.....	986
2. Mecanismos internacionais de monitoramento e proteção dos direitos humanos no sistema global: órgãos e instrumentos específicos.....	987
2.1. Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (OHCHR).....	987
2.2. Conselho de Direitos Humanos (UNHRC/CDH)	988
2.3. Órgãos de tratados.....	990
2.3.1. Comitê de Direitos Humanos e Protocolo Facultativo ao Pacto dos Direitos Cívicos e Políticos.....	991
2.3.2. Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais	993
2.3.3. Comitê para Eliminação da Discriminação Racial (CERD/CEDR).....	998
2.3.4. Comitê sobre a Eliminação da Discriminação contra a Mulher (Comitê CEDAW)	999

2.3.5. Comitê para os Direitos da Criança (CRC)	1001
2.3.6. Comitê contra a Tortura (CAT) e Subcomitê de Prevenção da Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes. O Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes.....	1004
2.3.7. Comitê sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CRPD) e Protocolo Facultativo à Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.....	1006
2.3.8. Comitê contra Desaparecimentos Forçados	1007
2.4. Órgãos jurisdicionais	1009
3. Quadros sinóticos	1010

CAPÍTULO IV

SISTEMA INTERAMERICANO DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS 1015

1. Os sistemas regionais de proteção dos direitos humanos.....	1015
1.1. O sistema interamericano	1015
2. Sistema interamericano de Direitos Humanos e seus principais tratados	1015
2.1. Carta da OEA e Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem	1016
2.2. Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José).....	1016
2.2.1. Protocolo de São Salvador (Protocolo adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais).....	1027
2.3. Outros tratados do sistema interamericano	1029
2.3.1. Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará)	1031
2.3.2. Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência (Convenção da Guatemala).....	1032
2.3.3. Convenção Interamericana sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas.....	1033
2.3.4. Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância (Convenção da Guatemala)	1036
3. Mecanismos de proteção do sistema interamericano	1041
3.1. Comissão Interamericana de Direitos Humanos	1042
3.2. Corte Interamericana de Direitos Humanos	1049
3.2.1. Principais casos envolvendo o Brasil na Corte Interamericana de Direitos Humanos	1055

CAPÍTULO V

A PROTEÇÃO INTERNACIONAL DA PESSOA HUMANA: ÁREAS ESPECÍFICAS... 1065

1. Direito Internacional Humanitário	1065
1.1. Histórico e principais convenções internacionais na matéria	1065
1.2. Noções gerais.....	1067
1.2.1. Princípios do Direito Humanitário.....	1068
1.3. Pessoal protegido	1070

1.4. Principais normas	1070
1.5. A aplicação do Direito Humanitário. Papel da ONU e da Cruz Vermelha. Outros órgãos.....	1071
1.5.1. O Movimento da Cruz Vermelha	1072
2. Direito Internacional dos Refugiados.....	1074
2.1. Noções gerais.....	1075
2.2. Normas internacionais de proteção aos refugiados. O princípio do non-refoulement.	1075
2.3. Normas brasileiras de proteção aos refugiados: a Lei 9.474/97. Papel da Lei 13.445/17 (Lei de Migração) na proteção dos refugiados.....	1079
2.4. Normas brasileiras de proteção aos refugiados: o Decreto 9.277/18	1086
3. Quadros sinóticos	1087

CAPÍTULO VI

O DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	1089
1. O princípio da primazia dos direitos humanos nas relações internacionais	1089
2. Incorporação dos tratados de direitos humanos ao ordenamento jurídico brasileiro: processo legislativo de incorporação.....	1091
3. A aplicabilidade imediata das normas de tratados de direitos humanos	1094
4. Posição hierárquica dos tratados de direitos humanos e conflito com as normas internas.....	1098
4.1. Posição hierárquica dos tratados de direitos humanos aprovados fora do marco estabelecido pelo parágrafo 3º do artigo 5º da Constituição Federal.....	1099
4.1.1. Introdução: informações gerais acerca dos tratados internacionais de direitos humanos no Brasil	1100
4.1.2. Da promulgação da Constituição Federal de 1988 até 2007: época em que os tratados de direitos humanos eram equiparados à lei ordinária	1102
4.1.3. A supralegalidade: atual entendimento majoritário.....	1103
4.1.4. Outros entendimentos: o caráter materialmente constitucional de todas as normas internacionais de direitos humanos e o princípio da primazia da norma mais favorável.....	1105
4.2. Tratados de direitos humanos celebrados nos termos do § 3º do artigo 5º da Constituição Federal.....	1107
5. o controle de convencionalidade	1109
6. Aplicação do princípio da primazia da norma mais favorável à pessoa humana no Direito brasileiro.....	1113
7. A denúncia de tratados de direitos humanos em face do Direito brasileiro	1116
8. A execução de decisões de tribunais internacionais de direitos humanos no Brasil.....	1120
8.1. As UMFs – Unidades de Monitoramento e Fiscalização das Decisões do Sistema Interamericano	1122
9. As normas do Estatuto do Tribunal Penal Internacional (TPI) em face da Constituição Federal.....	1123
10. Incidente de Deslocamento de Competência (IDC): a intervenção da Justiça Federal nas hipóteses de grave violação de direitos humanos	1125

11. O papel da Defensoria Pública em postulações de indivíduos que vivem no Brasil junto aos órgãos internacionais de proteção aos direitos humanos. Os defensores públicos interamericanos	1132
12. Quadros sinóticos adicionais.....	1133

PARTE IV DIREITO COMUNITÁRIO

CAPÍTULO I

NOÇÕES DE DIREITO DA INTEGRAÇÃO E DE DIREITO COMUNITÁRIO.....	1137
1. Introdução.....	1137
1.1. Noções gerais: integração econômica e formação de blocos econômicos.....	1137
1.2. Estágios da integração regional	1139
1.3. Direito da Integração.....	1140
2. Direito Comunitário.....	1141
2.1. Conceito.....	1141
2.2. Fontes.....	1143
2.3. Princípios	1143
2.3.1. Princípio da integração.....	1143
2.3.2. Aplicabilidade direta (imediate) e efeito direto	1144
2.3.3. Primazia	1144
2.3.4. Aplicação uniforme e harmonização	1145
2.3.5. Subsidiariedade	1145
3. Diferenças entre o Direito Comunitário e o Direito da Integração.....	1146

CAPÍTULO II

PRINCIPAIS BLOCOS REGIONAIS DE INTERESSE PARA O BRASIL:	1149
1. Introdução.....	1149
2. MERCOSUL	1149
2.1. Histórico: ALALC, ALADI e as negociações Argentina-Brasil.....	1149
2.2. Constituição e objetivo	1151
2.3. Natureza jurídica	1154
2.4. Princípios	1155
2.5. Principais tratados e fontes do Direito do MERCOSUL.....	1155
2.6. Estrutura e funcionamento	1156
2.6.1. Conselho do Mercado Comum (CMC)	1156
2.6.2. Grupo Mercado Comum (GMC)	1158
2.6.3. Comissão de Comércio do MERCOSUL (CCM)	1158
2.6.4. Secretaria Administrativa do MERCOSUL (SAM).....	1159
2.6.5. O Parlamento do MERCOSUL (PARLASUL)	1159
2.6.6. Foro Consultivo Econômico-Social e outros órgãos.....	1160
2.7. O comércio intrabloco: linhas gerais.....	1161
2.8. As negociações e os acordos comerciais envolvendo o MERCOSUL	1161

2.9. Principais normas em matéria social. A ideia de livre circulação de trabalhadores no MERCOSUL	1162
2.10. Democracia e direitos humanos no MERCOSUL	1164
2.11. Solução de controvérsias. O Protocolo de Olivos. O Tribunal Permanente de Revisão do MERCOSUL.....	1165
2.11.1. Arbitragem no MERCOSUL	1171
2.12. Cooperação jurídica no MERCOSUL: o Protocolo de Las Leñas.....	1171
3. União Europeia.....	1175
3.1. Histórico	1175
3.2. Composição e adesão.....	1177
3.3. Estrutura institucional	1178
3.4. Funcionamento: principais políticas da União Europeia	1182
3.5. Principais normas no campo dos direitos humanos e em matéria social.....	1186
3.6. Retirada da União Europeia.....	1187
5. Quadros sinóticos adicionais.....	1189
BIBLIOGRAFIA	1193